

AS COMUTAÇÕES DO TEMPO PRESENTE PARA A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA: deliberações e exigências dos organismos multilaterais em tempos neoliberais

PRESENT TENSE SWITCHES FOR
UNIVERSITY EDUCATION:
deliberations and demands of multilateral
organizations in neoliberal times

Amanda Cristina Ribeiro da COSTA ¹

Karina Camille Marques CEZAR ²

Olga Myrla Tabaranã SILVA³

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amandacostaufpa@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1765-2972

² Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: karinamarquesas@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-6591-6189

³ Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: olgamyrlas@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9254-3384

RESUMO

Este ensaio, que integra parte de uma pesquisa dissertativa apresentada em 2021 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – PPGSS/UFPA, se propõe a fazer uma reflexão introdutória de três principais documentos produzidos por organismos multilaterais que, junto a outros parâmetros documentais, orientaram a contrarreforma neoliberal brasileira, com ênfase na Política Pública de Educação Universitária. Orientada pelo método crítico-dialético, optamos pela pesquisa documental e bibliográfica que nos proporcionou identificar que as orientações dos organismos multilaterais favorecem a expansão da educação em países da periferia do capital como serviço privado, na composição de uma gestão vinculada aos interesses dos empresários e um novo mercado, o da educação superior como mercadoria, inclusive especulada na bolsa de valores.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo; neoliberalismo; política pública de educação.

ABSTRACT

This essay, which is part of a dissertation research presented in 2021 in the Postgraduate Program in Social Service at the Federal University of Pará – PPGSS/UFPA, aims to make an introductory reflection on three main documents produced by multilateral organizations that, together and other documentary parameters, guided the Brazilian neoliberal counter-reform, with an emphasis on the Public Policy for University Education. Guided by the critical-dialectical method, we opted for documentary and bibliographical research that allowed us to identify that the guidelines of multilateral organizations favor the expansion of education in countries on the periphery of capital as a private service, in the composition of a management linked to the interests of businesspeople and a new market, that of higher education as a commodity, even speculated on the stock exchange.

Keywords: capitalism; neoliberalism; public education policy.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando, no século XIX, Marx e Engels iniciam seus estudos sobre as engrenagens que se moviam para o pleno funcionamento da insurgente sociedade após um longo período de contestação ao feudalismo europeu, descortinam, entre tantas outras camadas, as leis gerais que a balizam, baseada na apropriação privada dos bens socialmente produzidos. Enquanto partícipes da nova ordem, os mencionados autores identificam uma segmentação entre os sujeitos sociais em duas grandes classes antagônicas, quais sejam: a classe que detém a apropriação privada dos meios de produção para si e a classe que dispõem tão somente da sua força de trabalho para sua sobrevivência (Marx, 2017)

No decurso daquele século até a contemporaneidade, a sociedade capitalista se perpetua a partir de complexas mediações que transversalizam a produção e reprodução social, com arranjos cada vez mais sofisticados, objetivando subsidiar seu opressor sistema produtivo e status quo. O mundo do trabalho, fundante das contraditórias relações humanas/comerciais no capitalismo, igualmente se aperfeiçoa para assegurar a lógica da produção de bens e serviços e exploração da mão de obra proletária inserindo, para tanto, instrumentos tecnológicos e normatizadores que colaboram para a máxima obtenção de lucro e mais valia e alienação da classe que vive do trabalho (ibidem; Marx e Engels, 2011).

Gramsci (2011) acredita que o trabalho é essencialmente um elemento imanente ao ensino e, como tal, se insere no processo educativo pelo conteúdo e pelo método (SILVA, 2020; MANACORDA, 2017). Segundo o autor, a organização escolar e as instituições pós-escola refletem a forma mesma como o Estado está disposto, o modo como a sociedade civil se edifica e a maneira pela qual a classe dominante perpetua suas condicionalidades próprias (SILVA, 2020).

Por isso mesmo que Gramsci (2011) enfatiza, em distintos momentos, que o caráter democrático da educação não se assenta na possibilidade de que um operário ‘manual’⁴ se torne qualificado neste segmento, mas sim que cada indivíduos possa se tornar ‘governante’ de si, “capaz de tomar decisões reais e não responder apenas por aquilo que lhes permitem opinar e dirigir, dentro dos limites de um sistema a serviço do mercado e não a serviço das pessoas” (SILVA, 2020, p. 200). Inferimos, portanto, que se colocam em disputa no campo político e

⁴ As aspas na palavra ‘manual’ são intencionais para destacar que, partindo da perspectiva gramsciana, o equívoco está em procurar a distinção do ‘trabalho intelectual e manual’ no que é intrínseco e essas atividades, ao invés de elaborar tais distinção no que irá, de fato, distinguir um trabalho dito intelectual de um trabalho dito manual/operativo, a dizer os conjuntos dos sistemas de relações no qual estas atividades são executadas, no complexo de conjuntos das relações totalizantes da produção (GRAMSCI, 2011).

prático dois distintos e antagonísticos projetos de educação: o primeiro balizado na racionalidade formal-abstrata que reforça e reproduz o status quo e uma segunda orientada pela racionalidade dialética que se contrapõe a esta primeira porquanto defende um modelo de educação que emancipe os indivíduos (Saviani, 2011).

Neste ensaio crítico, que apresenta parte de um estudo para elaboração de dissertação defendida em 2021 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – PPGSS/UFPA, balizada no método crítico-dialético, pretendemos expor reflexões teóricas acerca dos principais documentos produzidos pelos organismos multilaterais e seus direcionamentos neoliberais para educação em países da periferia do capital e as reverberações destas na formação de assistentes sociais na contemporaneidade.

Para tanto, iniciaremos nossas reflexões abordando o desenvolvimento do capital e a necessária dominação ideológica e formal da educação para construção de uma classe trabalhadora submissa e em um segundo momento trataremos nossas reflexões sobre os documentos produzidos pelo Banco Mundial, quais sejam *O ensino Superior: as lições derivadas da experiência* (1995), *Ensino Superior em países em desenvolvimento: perigos e promessas*⁵ (2000) e *Construir sociedades do conhecimento: novos desafios para a educação terciária* (2003, tradução nossa) e o documento *Relatório Sintético sobre as Tendências e Desenvolvimentos na Educação Superior desde a Conferência Mundial sobre a Educação Superior (1998 – 2003)*⁶ (2003), elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO E A NECESSIDADE DE CONTROLE DA EDUCAÇÃO

Na transição para o século XX, ocorreram mudanças significativas no sistema capitalista e na sua organização global. O capitalismo se consolida, enquanto organização social e de produção, e modifica do até então modelo de capitalismo concorrencial para uma nova fase monopolista, em que as fronteiras territoriais dos Estados-nações são minimizadas pela expansão imperialista das multinacionais e dos grandes conglomerados de empresas (NETTO, 2011) com o objetivo de obter superlucro, a partir do controle do mercado por meio de estratégias específicas de fusões empresariais.

⁵ Tradução nossa.

⁶ Disponível em <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil>>. Acesso em 16 de maio de 2021.

Em virtude do expressivo avanço tecnológico, tem-se um acréscimo significativo de maquinário nas linhas de produção, ocasionando em um decréscimo nas contratações de força de trabalho viva⁷ proporcional ao aumento de investimento em capital constante. Gera-se, então, uma alta nas taxas de lucro para os setores monopolizados, assim como os investimentos concentram-se nos setores de maior concorrência buscando o domínio do mercado (NETTO, 2011).

No processo de expansão dos monopólios, caracterizado como a fase madura do capital (NETTO, 2011), sob a hegemonia do capital financeira (IAMAMOTO, 2012), reconfigura-se o imperialismo internacional por meio da migração das indústrias para outros países, adensando o acirramento da luta de classe desse sistema (LEWGOY, et al., 2016). As guerras imperialistas no continente europeu culminaram em crises internas, que incidiram em uma reconfiguração da econômica do continente, assim como no cenário internacional, em que os Estados Unidos da América do Norte – EUA desponta como hegemonia econômica mundial. A insurreição de levantes populares e a intensificação de um nacionalismo exacerbado, estimulam um aprofundamento dos conflitos internos e fazem com que governos de extrema direita emerjam, culminando em um período devastador pra história humana (LEWGOY, et al., 2016).

Enquanto que na gênese do capitalismo concorrencial o Estado se caracterizava por desempenhar pontuais intervenções econômicas, na era monopolista este reorganiza suas funções em virtude da exigência do mercado, requerendo mecanismos de intervenção extraeconômicos. Nesse contexto, fica a cargo do Estado desempenhar essas funções políticas que incidem simbioticamente com as funções econômicas (NETTO, 2011).

Em favor do capital, os organismos multilaterais e seus intelectuais orgânicos unem-se para elaborar instrumentos legais, ideologicamente fundamentados, de deliberação de diretrizes educacionais objetivando alinha-las as normativas gerais da produção. O ensino superior sofre, tanto estruturalmente quanto ideologicamente, fortes ataques. A copiosa investida no campo educacional se materializa sob alegação de formação de ‘Capital Humano’ para inserção nos polos industriais emergentes, nos circuitos de produção de riquezas (CAPUTI, 2014). No campo da subjetividade a racionalidade formal-abstrata⁸, abordagem ideológicas desse processo (DAHMER, 2008), colocando na deturpada democratização da educação, via ensino superior

⁷ No tocante a inserção de novas tecnologias no âmbito da educação, pode-se destacar a incorporação de instrumentos tecnológicos na oferta de cursos 100% ou parcialmente EAD, que propiciam a transmissão de aulas online de inúmeros cursos para os estudantes matriculados. Essa modalidade de ensino, que se utiliza das novas tecnologias para difusão em massa de cursos de qualidade questionável, incorre em uma diminuição da contratação de docentes e no barateamento dos salários desses profissionais. Essa manobra gera uma lucratividade imensurável para essas corporações, tendo em vista o quantitativo de alunos cursantes e baixo custo de gastos com mão de obra qualificada para o exercício docente.

⁸ Guerra, 2017.

na modalidade Ensino à Distância – EAD, a principal estratégia de superação das mazelas sociais e de integração na ‘Aldeia Global.

[...] a ideia de que estaríamos em uma sociedade na qual o principal fator de produção seria o conhecimento. Portanto, todos os indivíduos teriam a possibilidade de possuírem o próprio meio de produção, o que dependeria da aquisição de conhecimentos, centradas no indivíduo. Logo, o raciocínio lógico é de que estaríamos passando por uma verdadeira revolução, indo em direção a uma ‘sociedade pós-capitalista (DAHMER, 2008, p.39).

Os Estados reformados deveriam estimular uma nova cultura cívica por meio da uma renovação da sociedade civil, do incentivo da ‘terceira via’ (LIMA E MARTINS, 2005) e seus valores filantrópicos, o voluntariado e o empreendedorismo, esse último ganhando destaques. Nessa nova proposta de reajustes, cabe a educação exercer, como já apontava Gramsci (2011), o papel fulcral de formar profissionais para aturem nessa sociedade civil cabendo a “[...] *universidade operacional* – com um processo de formação esvaziada, essa universidade reduz suas atividades ao treinamento e a ‘reciclagem e anula a possibilidade da crítica ao status quo” (DAHMER, 2008, p. 40, grifos da autora).

Objetivando fundamentar e aprofundar os debates acerca da temática abordada neste ensaio, buscamos elucidar as principais inferências ideológicas que sustentam o pensamento neoliberal expressos nos principais documentos produzidos entre 1990 e as primeiras décadas dos anos 2000, produzidos pelos organismos multilaterais, com ênfase nas deliberações do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, precursores das normativas neoliberais, dada suas expressividades nos rumos da educação superior dos subcomplexos viabilizados por mecanismos políticos de consenso e coerção das dadas particularidades sociais. A escolha metodológica em analisar tais documentos se justificam a partir da relevância política que estes documentos tiveram na transição dos modelos políticos entre o século passado e este e que, de formas diversas, estão expressos nas políticas públicas educacionais na atualidade

Cabe ressaltar, de antemão, que os registros documentais, independentemente do órgão emissor, elucidam, em comum, a relevância do fomento ao conhecimento⁹ científico e sua socialização agregados ao desenvolvimento dos polos econômicos, em suas diversas frentes. Destaque para a modalidade de Ensino à Distância – EAD designada, majoritariamente, como

⁹ O termo cunhado nos documentos para se referir a esse processo de construção de uma nova etapa social são “[...] sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial, pós-capitalista, terceira onda, sociedade em rede, sociedade da informação, economia do conhecimento, dentre outras” (DEMARI, 2008, p. 01).

principal modalidade de acesso ao ensino superior, aliadas as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, as quais ganham notoriedade nesse processo visto a revolução tecnológica na entrada deste século. Transversalizando todo esse movimento temos a ideologização burguesa através da racionalidade formal-abstrata.

DEFINIÇÕES NEOLIBERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O ensino superior, no século XXI, se conforma como o centro da produção e divulgação do conhecimento científico e do saber com características individualizadas, descontextualizadas e marginais expressas nas dicotomias cultura – cultura popular, educação – trabalho, teoria – prática (SIMÕES, 2013). As conformações da construção de conhecimento no ensino superior, aliadas as exigências de preparação para os diversificados espaços de trabalho e o alastramento/aceitabilidade de uma dada ideologia dominante são elementos que emergem e se põem como desafios ao exercício da docência universitária.

O Banco Mundial – BM¹⁰ sintetiza no documento denominado *O ensino Superior: as lições derivadas da experiência* (1995) suas diretrizes políticas para educação na América Latina, Caribe e Ásia. Destas prerrogativas nos importa destacar alguns aspectos e deliberações dispostas no referido documento. Primeiramente, realçamos a deliberativa que dispõe sobre a necessidade em diversificar instituições de formação à nível de ensino superior sob alegação da necessidade de existirem universidades públicas, privadas e instituições não universitárias, incluindo-se aqui instituições de ensino politécnicos¹¹, cursos de curta duração e o ensino a distância. Ao que se refere a dinâmica institucional alega-se a necessidade de criação de novos cursos tornando, dessa forma, o conhecimento ainda mais especializado e longe de uma reflexão de totalidade.

Demari (2008) afirma que o conhecimento, neste e nos demais documentos subsequentes publicizados pelo BM, é referenciado como um fator produtivo, desta forma, cabe a universidade reordenar-se e assumir um determinado papel, exercer determinadas funções e adotar um caráter específico no intuito de formar recursos humanos para o mercado. Em vista disso, é reservado à universidade encarregar-se do papel de proporcionar condições de consenso

¹⁰ Representante dos interesses dos países de capitalismo central exercendo a função de mediador de seus interesses junto aos países de capitalismo periférico na concretização das agendas neoliberais acompanhando a implementação das orientações reformistas deliberadas aos mesmos.

¹¹ Politécnicos no sentido técnico-operacional e não a partir da concepção de Saviani (1989).

a despeito dos novos interesses econômicos na educação, adaptar as novas exigências tecnológicas e promover o alívio da pobreza por meio da oferta de uma qualificação profissional.

É atribuída à universidade a função de instituição produtora, adaptadora e divulgadora de conhecimento utilitário, expresso no mencionado documento, primeiramente, pela expectativa dos produtos a serem produzidos pelas instituições universitárias e, em segundo, pelo perfil de novos profissionais que esse espaço deveria moldar para ingressarem no mercado de trabalho. Nas ponderações pertinentes ao financiamento do processo mercadológico e expansionista dos serviços educacionais o BM sugere para as instituições públicas, a cobrança de matrícula e mensalidades dos cursos, bem como cortes orçamentários destinados aos serviços que não sejam diretamente, na perspectiva do referido órgão, ligados a educação, a exemplo da construção e manutenção de alojamentos estudantis, refeitórios universitários, segurança nos campus, etc., incentivo a captação de verbas privadas para incentivo ao desenvolvimento de pesquisas nas universidades; comercialização de cursos de curta duração em modalidades EAD, entre outros (LIMA, 2011).

[...] os alunos que não conseguirem financiar seus estudos participarão de programas de assistência estudantil, executado por intermédio de empréstimos financeiros, de bolsas de trabalho em instituições de ensino superior (público e privadas) e de realização dos cursos presenciais e à distância em instituições privadas, as quais receberão isenção fiscal e incentivos financeiros para admitir o acesso desses alunos (LIMA, 2008, p. 21).

Criam-se estratégias mercadológicas pela via do Estado, através de mecanismos jurídicos (decretos, ementas e afins) que abrem precedentes na lei que permitam estas movimentações de privatização da educação, abertura para investimentos em parceria público/privado, etc. Ocasionalmente, essa parceria possibilita investimentos estatais destinados as universidades, faculdades, institutos privados através de financiamentos estudantis e, em contrapartida, há um estreitamento dos investimentos públicos em estrutura adequada para permanência e manutenção de estudantes nos espaços e educação de mesma natureza engendrando que investimentos privados adentram os espaços universitários públicos cooptando o campo da pesquisa científica e outros interesses mais.

O debate abrangente sobre as deliberações do BM ocorrerá em 1998 na Conferência Mundial sobre a Educação Superior organizada pela União das Nações Unidas para a Educação,

a Ciência e a Cultura – UNESCO¹² no intuito a partir da mobilização de representantes de diversos países, utilizando-se dos documentos por eles produzidos em conferências regionais ao longo da segunda metade dos anos 1990, após a publicização das diretrizes do BM (LIMA, 2008). Tais documentos problematizavam temas como a adequação do ensino superior à globalização da economia, criação de uma cultura de ‘autonomia universitária com responsabilidade social’, gestão administrativa e o uso eficiente de verbas públicas, parceria público/privada e a garantia da permanência da formação profissional sobre a marca da empregabilidade e empreendedorismo, revisão curricular para flexibilização da formação profissional¹³ intermediada por módulos e formação de curta duração e profissionalizantes, entre outros (LIMA, 2008; 2011).

A iniciativa da conferência resultou na elaboração de documentos pensados para mediar a efetivação das diretrizes para educação, destaque para a *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação* (1998), aprovado na referida conferência a qual exprime os próximos passos a serem implementados no novo século em continuidade ao que já vem se desenhando. Importa-nos destacar o caráter meritocrático expresso pela declaração da UNESCO no que concerne o acesso ao ensino superior tornando individual a responsabilidade pelo pleno acesso ou pelo não acesso aos espaços de ensino superior (BORGES, 2011). Corroboram, ainda, com a intensificação do uso das TIC’s que, no corpo do texto, aparecem referenciadas como “[...] industrialização do ensino’, nos marcos da internacionalização da educação, identificando a educação à distância como uma promissora ‘indústria global’”¹⁴ (LIMA, 2008, p.22).

Continuando, o BM lança na entrada do século XXI o documento *Ensino Superior em países em desenvolvimento: perigos e promessas*¹⁵ (2000) onde, pela primeira vez, apresenta o termo sociedade do conhecimento e seu sinônimo revolução do conhecimento. O incentivo para a promoção do conhecimento fica a cargo do Estado “[...] assim como o conhecimento se tem convertido em um trampolim para o crescimento e desenvolvimento econômico, a promoção, a criação de uma cultura que fomente sua criação e difusão se tem feito igualmente crucial”

¹² Vinculada a Organização das Nações Unidas – ONU na condição de órgão intergovernamental, especializado em matéria de educação, ciência e cultura, o qual tem como objetivo de promover a cooperação internacional nos campos de sua especialização. “O objetivo da Organização é contribuir para a paz e segurança, promovendo a colaboração entre as nações através da educação, ciência e cultura, a fim de promover o respeito universal pela justiça, pelo Estado de Direito e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais que são afirmadas para os povos do mundo, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, pela Carta das Nações Unidas” (Constituição UNESCO, 1946, Art. I).

¹³ Iremos nos aprofundar sobre a revisão curricular no item sobre formação profissional em Serviço Social e o impacto na abertura de precedentes para a multiplicidade de desenhos curriculares.

¹⁴ Para saber mais sobre a implementação das TIC’s no ensino universitário e a sua progressão nesse âmbito, pensando também a relação ensino e aprendizagem nesse processo, ver mais em SCHLEMMER, BERSCH e CANO, 2020.

¹⁵ Tradução nossa.

(BANCO MUNDIAL, 1999, p. 38). Reforçando o avanço e espraiamento do EAD, o BM oferece planos de financiamento exterior para tal o que favorece os países considerados de primeiro mundo pois são esses os responsáveis na divisão internacional da produção capitalista por produzir e expor tecnologias de ponta, deixando a cargo dos países lidos como em desenvolvimento comprar e adaptar-se a essa realidade.

Segundo Lima (2008; 2007) e Borges (2011) o documento *Relatório Sintético sobre as Tendências e Desenvolvimentos na Educação Superior desde a Conferência Mundial sobre a Educação Superior (1998 – 2003)*¹⁶ (2003), elaborado pela UNESCO, é um marco fundamental no processo de reformulação da educação no século vigente. O referido relatório é resultado do Segunda Reunião dos Parceiros da Educação Superior (*Paris + 5*), ocorrido em Paris em junho de 2003, com o objetivo de avaliar os encaminhamentos acordados no Conferência de 1998 fazendo uma recuperação desses acordos e avaliando como estes estavam sendo implementados nos Estados-nações.

O principal ponto de discussão problematizado nesse encontro diz respeito ao novo papel da educação superior no contexto das mudanças da sociedade globalizada, baseado na informação e no conhecimento. Desse modo, foram problematizadas temáticas como: os novos desafios da sociedade global fundamentada no conhecimento; o papel da educação no desenvolvimento sustentável; os vínculos da educação superior com os setores privados-públicos; o processo de internacionalização da educação superior; entre outros.

Continua a crescer a função da educação superior como um fator e força motriz importante para o desenvolvimento sustentável nas sociedades baseadas na informação e no conhecimento. Segmentos mais amplos da população precisam alcançar níveis avançados de conhecimento e capacitação. A força de trabalho se torna cada vez mais uma força de trabalho de conhecimento, que necessita adquirir treinamento mais avançado, com atualização e retreinamento constantes por toda a vida. O aprendizado durante toda a vida está ganhando terreno como princípio subjacente à educação moderna (UNESCO, 2003, p. 97).

A citação acima apresenta uma série de contradições que permeiam o discurso das entidades multilaterais com destaque, nesse momento, para o vínculo estabelecido entre a educação e o desenvolvimento sustentável que se ergue no início do século, conjuntamente com a narrativa, que vem ganhando força e notoriedade ao longo dos anos, de consciência social das empresas, a responsabilidade empresarial com o desenvolvimento sustentável da economia em

¹⁶ Disponível em <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil>>. Acesso em 16 de maio de 2021.

harmonia com os recursos naturais. É relevante para esse momento salientarmos a orientação dada pela UNESCO quanto a importância dos professores e pesquisadores, das diferentes naturezas e modalidades institucionais, adotarem uma postura, uma atitude empreendedora destinada a captação de recursos financeiros para as pesquisas a que estão vinculados.

Líderes executivos, professores e pesquisadores universitários, inclusive os que trabalham em instituições públicas, estão mais inclinados a aceitar que a busca de financiamento e recursos adicionais deve constituir parte das suas preocupações. Em todo o mundo, uma atitude empresarial, conforme recomenda a Conferência Mundial, está ganhando terreno no campo da educação superior¹⁷.

Quanto ao financiamento do acesso, manutenção e permanência no processo educacional, para além do que já expressaram os documentos anteriores, neste inclui-se a família como mais um financiador desse discente. Assim como, seguindo a linha da meritocracia, é proposto a reserva de vagas em universidades públicas para os ‘melhores alunos’ com a cobrança de mensalidades para os demais, modo de compensação dos gastos.

Por fim, o BM lança, em 2003, o documento *Construir sociedades do conhecimento: novos desafios para a educação terciária* (2003, tradução nossa) apresenta a preocupação do BM com a urgência em aumentar a capacidade de usos dos conhecimentos utilitários nos países subdesenvolvidos. Entretanto, ao abordar sua preocupação o faz através de uma perspectiva de incentivo a dimensão técnica do conhecimento, de execução dos serviços eminentemente aplicados. Sobre a nomenclatura *educação terciária* é usada em quaisquer instituições pós-secundário e superiores, abrangendo uma gama de cursos politécnicos e de graduação, e reforçando o discurso de diversificação das instituições. A referida nomenclatura reforça o não envolvimento do Estado nos financiamentos e, complementarmente, elucidando a educação terciária em todo o seu potencial de investimentos.

Evidencia-se que o sentido mesmo de produção do conhecimento explicitado nos documentos condiz com a reprodução da racionalidade formal-abstrata de um conhecimento pragmático, técnico-operacional destinado a formação de capital humanos. O estímulo a pesquisa, tal qual, não será aos diversificados campos de pesquisas nas distintas áreas de conhecimento. São focadas em pesquisas destinadas ao desenvolvimento tecnológico, das ciências naturais em detrimento das ciências sociais tendo em vista que estas primeiras agregaram valor ao capital, portanto, proporcionando maior lucratividade.

¹⁷ IBIDEM, p. 111.

Como aponta Mészáros (2002) não é de todo interesse do capital que se sanem as crises, haja vista que elas lhe possibilitam recriar-se e renovar-se em novos moldes de exploração, expropriação e espoliação da produção de riquezas. Contudo, os processos históricos não são dados passivamente. Os levantes de resistência se transmutam em processos de luta coletiva as ofensivas de degradação do ensino público, precarização dos espaços de cultura e trabalho que compõe as universidades, da desqualificação do ensino ofertado entre outros rebatimentos. Os movimentos sociais no Brasil, ao longo desses primeiros anos do novo século e mesmo na década de 1990 auge das ofensivas neoliberais, formam um coletivo de resistência não somente a privatização da educação, mas também a desqualificação do espaço público, retração dos financiamentos as políticas públicas sociais que atendem a população empobrecida, as precárias condições de vida e trabalho da classe que vive do trabalho, entre outras frentes de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As rupturas com a perspectiva ontológica da educação subtraem dessa categoria sua potencialidade como práxis social de transformação e humanização do homem conferindo-lhe a utilidade de adaptabilidade dos indivíduos ao ordenamento global da produção e reprodução dos valores burgueses e das condicionalidades exigidas no mercado de trabalho. A partir do cenário apresentado, nota-se um histórico de expansão desenfreada e desmesurada da educação superior com pouca ou sem qualidade, com fins lucrativos e ofertada à distância, ainda que não exclusivamente. Ao se buscar as mediações encobertas no processo de precarização desta política, encontra-se a conformação de uma nova organização educacional no Brasil que está articulada com a Reforma universitária e aos interesses de organismos internacionais.

O Estado, visto pela óptica do modo de produção capitalista e, portanto, sendo um Estado burguês, favorece a expansão da educação como serviço privado, na composição de uma gestão vinculada aos interesses dos empresários e um novo mercado, o da educação superior como mercadoria, inclusive especulada na bolsa de valores. A proposta neoliberal, utilizada como prisma para compreender a educação superior e as inflexões sofridas contemporaneamente, atesta-se vitoriosa ao provocar em larga escala e de maneira objetivada o aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego.

Embora essa nova conformação da educação de ensino superior se dispare diplomas de graduação de toda ordem e de quase todas as áreas, os trabalhadores que o possuem vão encontrar um mercado disponível geralmente precário, flexível, desprotegido e de baixa remuneração.

Do exposto, depreende-se que, a educação crítico-reflexiva resiste na produção de conhecimento e na luta social de diferentes movimentos, reitera-se o movimento estudantil, especialmente. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania persiste ainda que estejam aqui expostas as comutações a que esta política social fora submetida. Os tensionamentos para se que reconheçam as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais e não os interesses do capital, fazem-se necessários e são fundamentais como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma nova sociabilidade.

REFERÊNCIAS

Banco Mundial. “Documento estratégico do Banco mundial: a educação na América Latina e Caribe”. Washington D.C., 1999. Disponível em <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em 15 de maio de 2021.

Banco Mundial. Construir sociedades del conocimiento: nuevos retos para la educación terciária. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2003a. Disponível em <<https://www.bancomundial.org/es/home>>. Acesso em 15 de maio de 2021.

Banco Mundial. La enseñanza superior: lecciones derivadas de la experiencia (1995). Washington DC. Disponível em: <mwww.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/> Acesso em 19 maio de 2021.

BORGES, M.C. A Unesco e o direito à educação superior. In: Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011. p.1-15.

DAHMER, L. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, ano VIII, nº 15, p. 35-48, jan./jun., 2008.

DEMARI, C. L. **Sociedade do conhecimento: ideologia acerca da resignificação do conhecimento**. 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7ª edição, São Paulo: Cortez, 2012.

LEWGOY, A.; MACIEL, A. O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. **Temporalis**: Brasília, n. 32, jul./dez., 2016.

LIMA, K. **Contrarreforma da educação superior em FHC e Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, K. Contrarreforma na educação superior: a formação profissional em Serviço Social. **Revista Temporalis**, ano 01, nº 01, jan./jun., 2008.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Londres, 16 de novembro de 1945. Disponível em:<<http://portal.unesco.org/en/ev.php>-

[URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](#)> Acesso em 20 de maio de 2021.

UNESCO. Relatório sintético sobre as tendências e desenvolvimentos na educação superior desde a Conferência Mundial sobre a Educação Superior (1998 – 2003). In: **Educação superior: reforma, mudança e internacionalização**. Anais., Brasília: UNESCO Brasil; SESu, 2003.

MARX, K. **O capital**. Tradução Rubens Enderle, 2º edição, São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. Campinas, São Paulo: Navegando. 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11º edição, Coleção Educação Contemporânea, Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011.